

XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005


GT23 - Sociologia econômica

A Grande Transformação, 60 Anos Depois: a Agenda Polanyiana e as Ciências Sociais

José Roberto Bonifácio (IUPERJ)

José Roberto Bonifácio é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Laboratório de Estudos Políticos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (LEP/NEPCS) e mestrando em Ciência Política pelo IUPERJ

Caxambú/MG

A GRANDE TRANSFORMAÇÃO, 60 ANOS DEPOIS: A AGENDA POLANYIANA E AS
CIÊNCIAS SOCIAIS
[VERSÃO PRELIMINAR] 

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com as transformações na ordem econômica e política mundial e a crise ou abandono de alguns dos principais paradigmas explicativos daqueles eventos e processos uma nova série de disputas se instalou nas disciplinas das ciências sociais.

O progressivo esvaziamento do marxismo, em especial na sua vertente estruturalista, foi concomitante a uma forte expansão do emprego de métodos e teorias rivais. Os impasses acumulados no debate sobre a natureza do Estado Capitalista do pós-Guerra, bem como de suas crises em meio às mudanças estruturais dos anos 1970-80¹, abriram caminho para uma ruptura de paradigmas.

A competição que se seguiu entre teorias da escolha racional (*rational choice*) e o chamado institucionalismo histórico tinha como pano de fundo a crise fiscal dos Estados de Bem-Estar e de Estados Desenvolvimentistas no ocidente. A clivagem que se instalava no campo teórico era basicamente entre adversários e partidários da “restauração neoclássica” (Barros de Castro XXXX)², que correspondia analiticamente, ainda que de modo imperfeito, à clivagem societária e política entre partidários da manutenção dos antigos modelos de desenvolvimento e os defensores de sua reforma ou substituição. Também crucial nessas evoluções foram as crises de endividamento dos países em desenvolvimento nos anos 80, o descontrole inflacionário e as diversas tentativas de estabilização monetária e de retomada do crescimento nos anos 90. Todos esses fatos, para a maioria absoluta dos analistas, eram sintomáticos de uma perda de vigor e de eficiência dos antigos modelos e da necessidade imperativa de sua revisão.

Em meio aos autores que participaram e influenciaram nesses diagnósticos, Peter Evans (1993, 1995), um dos protagonistas daquele segundo movimento teórico, nos oferece um painel dessa evolução. Para este autor, a transição dos modelos racionalistas para os paradigmas institucionalistas correspondem ao longo do tempo à passagem de uma visão do “Estado como Problema” para outra do “Estado como Solução” (Evans 1993). Em sua interpretação da formação, da evolução e da crise dos Estados Desenvolvimentistas, a fonte das dificuldades e complicadores enfrentados pelo setor público e pelas sociedades dos países que adotaram essas políticas e instituições não estaria no comportamento predatório dos burocratas e governantes, mas na ausência de um entrelaçamento ou inserção autônoma (*embeddedness autonomy*)³ das agências governamentais com os segmentos privados (Evans 1995). Como oponente da “restauração neoclássica”, Evans e associados se notabilizaram ao longo das duas últimas décadas como os cabeças de um movimento para trazer o Estado de volta à análise política e à análise econômica e rechaçar os diagnósticos e recomendações “minimalistas” para lidar com os problemas fiscais, operacionais e administrativos do setor público e de suas agências (Evans, Rueschemeyer & Skocpol 1985; Skocpol 1985; Evans 1995; Block 2002, 2003).

Por sua vez, o conceito de entrelaçamento ou inserção autônoma (*embeddedness autonomy*), engendrado por Evans, fez uma carreira meteórica em disciplinas como a

¹ Ver o debate entre Miliband (1969) e Poulantzas (1972, 1985) para ilustrar este ponto, bem como seus desdobramentos sobre a agenda de pesquisas e os caminhos/ alternativas selecionados pelos autores.

² Ver os trabalhos de Przeworski (1989) e Elster (1982, 1986, 1994) para matizar este ponto e assinalar como a endogeneização do instrumental metodológico da economia neoclássica e da teoria dos jogos pelos marxistas permitiu um *aggiornamento* da sua perspectiva teórica que rivaliza tanto com os institucionalistas históricos quanto com os neoliberais (Ver Przeworski 1995).

³ Adotamos aqui a tradução oferecida por M.Z. Silva (2004) em seu trabalho.

ciência política, a sociologia econômica e a economia política internacional. Contudo, não lhe imprimiram até o momento uma definição inequívoca ou compartilhada pelo maior número possível de pesquisadores.

Ora o definem como um mecanismo de articulação de interesses sociais na esfera pública que não diferiria muito dos mecanismos de “concertação” em países de fortes tradições corporativistas e sobre os quais àquela altura já havia se desenvolvido uma extensa literatura⁴.

Por outro lado, o caracterizam como um peculiar sistema de ação racional em que os agentes governamentais (governos, burocratas) se relacionariam com agentes privados (entidades empresariais, acadêmicas, sindicais, movimentos sociais) de maneira não predatória e não colusiva.

Definem, ainda, como um estado ou situação analítica em se conceberia a economia, o mercado ou o Estado como que inseridos ou entrelaçados (*embedded*) à sociedades, em meio à complexa rede de relações e interações sociais. Os diversos trabalhos de Evans (Evans 1993, 1995; 1997, 2000a, 2000b, 2001, 2004), o principal formulador contemporâneo do conceito, e de seus associados (Evans & Rueschemeyer 1985; Chang & Evans 2000; Evans & Finnemore 2001; Block & Evans 2004) seriam ilustrativos desta diversidade de definições nem sempre congruentes, bem como de complicadores para a agenda de pesquisas.

Cumpramos retomar, para contornar estas dificuldades, a perspectiva original do conceito em tela e indagar sobre suas reais potencialidades analíticas e explicativas na ciência social. Isto nos leva a justificar o título que adotamos neste trabalho, o qual faz alusão a uma obra muito influente para a evolução das ciências sociais no século XX, bem como à uma possível agenda a qual a mesma pode ter dado forma e conteúdo. Trata-se de *A Grande Transformação* (*The Great Transformation*, [1944] 1957), de Karl Polanyi, obra e autor da qual os institucionalistas históricos (e sociólogos econômicos) extraem boa parte de sua bases conceituais e metodológicas.

Nesse sentido, cabe responder a uma pergunta crucial: O que entendemos aqui por “agenda polanyiana”?

Entendemos por agenda polanyiana ao conjunto de autores que, a despeito das diversas tradições intelectuais e correntes teóricas em que se filiam, reconhecem ou reivindicam a contribuição do autor de *A Grande Transformação* (a partir daqui referida como GT) para a moderna teoria social. Há problemas nesta definição, como ficará claro mais adiante.

Na verdade, de saída, o que caracterizamos aqui como uma agenda de pesquisas não pode, em absoluto ser descrito como um paradigma no sentido kuhniano, dada a extrema dificuldade de se definir paradigmas na ciência social, bem como à extrema diversidade que estes apresentam neste conjunto de disciplinas, o que faz com que alguns lhe atribuam um caráter pré-paradigmático (Kuhn 1962).

Afastada esta possível fonte de confusões passemos à reconstituição do painel mais amplo em que se desenrolam os debates. Para tanto precisaríamos reconstituir alguns dos seus termos, o que fazemos inicialmente pelo exame da recepção que teve a obra de Polanyi no debate da crise e da reforma dos Estados nas décadas de 1980 e 1990. *The Great Transformation* oferece um dos eixos centrais da discussão para reconstituir uma “ponte” ou afinidade entre marxistas e institucionalistas.

Os outros eixos são representados pela tentativa de diversos autores de estabelecer os fundamentos propriamente institucionais da ordem democrático-capitalista no mundo ocidental do Pós-Guerra, que os levou a adotar uma perspectiva mais weberiana da ciência social. Esta foi explicitamente a tônica do famoso volume editado

⁴ Ver, dentre as principais contribuições na linha do chamado neocorporativismo, Schmitter (1971, 1974); Schmitter & Lehbruch (1985); Olson (1982); Offe (1988). Para um resumo da literatura Smith & Steck (1979).

por Evans, Rueschemeyer & Skocpol (1985), mas que já era visível, com matizes distintos, nos trabalhos de Poulantzas (1972, 1985) e de Miliband (1969)⁵.

Este diálogo, argumentamos, é ainda mais explícito no caso do livro *Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm (1995). O historiador praticamente atualiza o diagnóstico polanyiano da crise do capitalismo e projeta novas hipóteses acerca das suas conseqüências sóciopolíticas e resultados macroeconômicos, dados os fundamentos institucionais (precários) sobre os quais se assenta. Ao que parece, o mesmo autor recupera concomitantemente a leitura que Antonio Gramsci (1988 [1949]) efetua dos fracassos da revolução no Ocidente e da difusão crescente dos modelos civilizatórios e das fórmulas institucionais do que chama “*americanismo*” e “*fordismo*” na Europa e outros países. A obra de Gramsci, representa o que chamaríamos a segunda “*ponte*” deste diálogo, tendo chegado de maneira independente a conclusões semelhantes às de Polanyi em GT e, por isso, deverá ser abordada nos seus próprios termos (Burawoy XXXX; Block & Evans 2003).

Do ponto de vista da discussão conceitual, este resgate das perspectivas teóricas competitivas (e convergentes) que temos em mãos permite ilustrar as dificuldades que os cientistas sociais ainda enfrentam no sentido de dar conta dos fatos e problemas associados às reformas das duas décadas finais do século XX. Se a ciência social apresenta de fato um caráter pré-paradigmático (Kuhn 1962) estas dificuldades não se manifestam apenas por conta de valores extra-científicos que são esposados pelos cientistas, mas são também de dificuldades intrínsecas ao campo.

[Meio Truncado Ainda]

I. A AGENDA INSTITUCIONALISTA DE POLANYI E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO LAISSEZ-FAIRE

Pode-se dizer que a obra de Karl Polanyi oferece um contraponto de F. A. Hayek (1979 [1944]), em “*The Road of Serfdom*”, tendo sido os dois livros publicados no mesmo ano de 1944. Os problemas substantivos que inquietam a reflexão dos autores, inclusive, são análogos ou semelhantes, embora as problemáticas (e, por conseguinte, as conclusões) sejam profundamente divergentes, o que se explica tanto pelas escolhas de paradigma (o individualismo metodológico de Hayek versus o holismo e o essencialismo de Polanyi) e de referenciais axiológicos (os valores e crenças do liberalismo ortodoxo de Hayek e Mises, contra o socialismo e a social-democracia então em voga no mundo do pós-guerra aos quais a obra polanyiana oferece compreensão) (Para uma revisão deste debate ver Block 2002, 2003).

Também contribuiu para isso e de uma maneira ainda mais decisiva a divisão do mundo no Pós-Guerra entre países capitalistas e socialistas, e, dentro daquele primeiro conjunto, entre países que seguiam com mais ênfase os modelos e políticas “*liberais*” e aqueles que optavam com maior vigor por modelos de economia mista. Ao longo do tempo a efetiva implementação daquelas duas escolhas no Ocidente, como se observa pelo exame da obra de Hobsbawm (1995), consistirá na mais substantiva diferença que se pode auferir entre os distintos tipos ou *variedades de capitalismo*⁶. As obras de Polanyi e Hayek então, podemos concluir, representavam também modelos ou alternativas teórico-programáticas distintas acerca da reconstrução da ordem democrático-capitalista no pós 1945.

⁵ Para uma ampla resenha deste debate ver Carnoy 1994; Przeworski 1995.

⁶ Diferentemente de seus pontos de contato com Hayek e o pólo neoclássico, observa-se que uma importante literatura se desenvolveu nas interfaces do diálogo entre Polanyi e os marxistas e esta será sempre invocada quando precisarmos salientar aspectos de nosso argumento. Sobre a temática das variedades de capitalismo aludida, ver: Soskice (1999); Hall & Soskice (2001).

O argumento central de Polanyi acerca da *não naturalidade da ordem econômica, social e política capitalista* é validado através de uma investigação histórica de longo alcance acerca das origens e dos desenvolvimentos sistêmicos da economia de mercado no Ocidente (do século XVI ao século XX, detendo-se mais atentamente no século XIX). O autor apresenta o mercado como uma instância que subordina todas as outras esferas da vida social moderna (GT, p. 75), o que, da perspectiva adotada, constitui um “*acidente histórico*” (GT, p. 40), não havendo qualquer evidência que sustente o ideal de um *homo economicus* racional portador de uma predisposição econômica *maximizadora* atemporal (GT, pp. 56, 153). Em suas próprias palavras:

“The market pattern [...] being related to a peculiar motive of its own, the motive of truck or barter, is capable of creating a specific institution. Ultimately, that is why the control of economic system by the market is of overwhelming consequence to the whole organization of society: it means no less than the running of society as an adjunct to the market. Instead of economy being embedded in social relations, social relations are embedded in the economic system. The vital importance of the economic factor to the existence of society precludes any other result. For once the economic system is organized in separate institutions, based on specific motives and conferring a special status, society must be shaped in such a manner as to allow that system to function according to its own laws. This is the meaning of the familiar assertion that a market economy can function only in a market society.” (GT, p. 57)

Fica muito bem assinalada dessa perspectiva a historicidade das instituições econômicas, excluindo-se assim hipóteses acerca da sua centralidade natural nas sociedades historicamente conhecidas. Para chegar a estas conclusões, o autor examina uma extensa base de dados, indicações e conclusões da Antropologia Social, da História Social e da História Econômica acerca do diferencial entre a sociedade modernas e as sociedades arcaicas (GT, Cap. IV). Visualizados estes dados em um contínuo macrohistórico heterogêneo em que se pode afirmar que, grosso modo, as formas e os arranjos sociais evoluem das formas mais primitivas para as mais sofisticadas, Polanyi sustenta que os atores sociais tendem a se abster em todas as circunstâncias de adotar soluções institucionais que tomem inviável seu modo de vida, ou seja, que o conduzam a um estado material pior do que aquele em que já se encontra. E isto, mesmo que esta alternativa represente um incremento global do produto social; regulações e salvaguardas de natureza societária sempre se fizeram presentes na implementação de padrões de interação competitiva, seja em sociedades simples, seja em sociedades complexas (GT, pp. 61-62).⁷ Portanto, a emergência do padrão de mercado não estaria revestido de uma suposta inevitabilidade como solução mais eficiente aos problemas de cooperação para gerar e alocar o produto social. Ao investigar o aparecimento dos mercados como instituições centrais na mediação do comércio exterior de diversos países, Polanyi afirma o seguinte:

“The orthodox teaching started from the individual’s propensity to barter: deduced from it the necessity of local markets, as well as of division of labor; and inferred, finally, the necessity of trade, eventually foreign trade, including even long-distance trade. In the light of our present knowledge we should almost reverse the sequence of argument: the true starting point is long distance trade, a result of the geographical location of goods, and of ‘division of labor’ given by location. Long distance trade often engenders markets, an institution which involves acts of barter, and, if money is used, of buying and selling, thus, eventually, but by no means necessarily, offering to some individuals an occasion to indulge in their alleged propensity for bargaining and haggling.” [...] (p. 58)

Mais adiante:

“It might seem natural to assume that, given individual acts of barter, these would in the course of time lead to the development of local markets, and that such markets, once in existence, would just as naturally lead to the establishment of internal or national markets.

⁷Alguns marxistas parecem gostar muito desta passagem, como é o caso de Esping-Andersen (1990), ao investigar os fundamentos dos sistemas de bem-estar que emergiram no Ocidente, com maior intensidade na metade do século XX.

However, neither one or the other is the case. Individual acts of barter or exchange – this is the bare fact – do not, as a rule, lead to the establishment of markets in societies where other principles of economic behaviour prevail. [...]”(GT, p. 60-61)

II. O QUÊ POLANYI DIZ SOBRE O ESTADO

Os mercados, na narrativa de GT, de internacionais se tornaram locais e, por fim, nacionais o que, como Polanyi nos diz, subvertia a seqüência lógico-evolutiva postulada pela explicação ortodoxa. O ponto é crucial para compreender a concepção de instituições presentes na obra, bem como a formação de classes sociais como atores políticos, que como Block (2003) assinala, extrapolou bastante os limites do paradigma marxiano clássico e permitiu ao autor engendrar suas principais inovações conceituais, em especial a categoria de *embeddedness*.

Ao examinar o papel dos Estados na implementação de políticas cujas conseqüências acarretaram (intencionalmente ou não) a expansão do alcance dos mercados, o autor argumenta nos termos que seguem:

“Deliberate action of the state in the fifteenth and sixteenth centuries foisted the mercantile system on the fiercely protectionist towns and principalities. Mercantilism [como política econômica] destroyed the outworn particularism of local and intermunicipal trading by breaking down the barriers separating these two types of competitive and thus clearing the way for a national market which increasingly ignored the distinction between town and countryside as well as that between the various towns and provinces.” (GT, p. 65)

Da perspectiva polanyiana, instituições e políticas de Estado tornaram-se assim as chaves para a explicação de fatos que apareciam exógenos ou anômalos nos modelos da economia política clássica. Como dito acima, a obra antecipou o resgate que Evans, Skocpol (1985) e outros fariam décadas mais tarde de contribuições da teoria social clássica (Weber, Durkheim, Parsons), fixando (ainda que de maneira impressionista) alguns daqueles que seriam seus principais eixos. Desse ponto de vista, faz realmente sentido falar de uma *“agenda polanyiana”*, mas não de um *“paradigma polanyiano”* no sentido kuhniano do termo. Como veremos adiante, ilustram bem o que Skocpol (1985) equivocadamente denominou **efeitos toquevilianos (toquevillian effects)** da ação dos agentes e instituições estatais sobre o desenvolvimento dos processos societais. [**aprofundar este ponto**]

Cabe aqui um parêntesis para tornar mais clara a relação entre racionalidade e instituições no diagnóstico de Polanyi sobre as escolhas dos governantes entre diversas alternativas de coalizões sociais e de políticas econômicas.

Ao examinar o processo de construção dos modernos Estados Nacionais, em que o conflito de interesses entre mercadores locais e a burguesia exportadora parece mais visível (GT, pp. 64-66), o autor conclui que os atores estatais tomaram partido destes últimos. Disso resultaria a projeção ao conjunto da sociedade dos arranjos institucionais (guildas, privilégios corporativos, franquias, liberdade de circulação, flexibilidade dos regimes de trabalho assalariado, mecanismos de administração municipal) e modelos comportamentais gestados no universo societário restrito dos burgos e das cidades-estados (para uma comparação **ver Weber 1979; Poggi 1981**). Em troca, a burguesia nascente oferecia os recursos financeiros, transformados em moeda corrente, para a projeção externa do poder estatal dos governantes.

A diferenciação de interesses na estrutura social de muitos países, na visão polanyiana, tem correspondência direta com as soluções institucionais que vigiram em determinado período histórico, sendo o Estado um mediador das tendências estruturais em voga. A despeito do seu caráter crucial, esta relação, ainda hoje não foi especificada empiricamente por autores mais recentes, sejam marxistas ou institucionalistas (**Como se pode ver pelos trabalhos de Offe 1984; Esping-Andersen 1990; Nee and Ingram 1998**). No que diz respeito, à estrutura motivacional subjacente às ações políticas descritas pelo autor parecem residir pautas de auto-interesse mais

ou menos implícitas, embora seja precisamente esta premissa que Polanyi pretenda refutar. Na sua crítica a GT, Douglass North (1981, Cap. XI; ver também Wilson 1975) ofereceu uma descrição praticamente idêntica da mudança institucional, com a explicitação das premissas de auto-interesse individual em seu modelo de sistema político que reconhecidamente não seriam inconsistentes com uma racionalidade expressiva (“*dialógica*”) do tipo descrito por Offe & Wiesenthal (1980). É claro que o próprio North, reconhecendo as críticas dirigidas à perspectiva estreita da *rational choice*, alterou substancialmente sua posição acerca da relação entre atores e instituições (Cf. North 1990, Cap. IV). Nas palavras do próprio Polanyi:

”The ‘*freeing*’ of trade performed by mercantilism merely liberated the trade from particularism, but at the same time extended the scope of regulation. The economic system was submerged in general social relations; markets were merely an accessory feature of an institutional setting controlled and regulated more than ever by social authority.” (GT, p. 67)

Como vemos, a *regulação*, nesta visão institucional da história econômica do Ocidente, emerge como um *efeito inesperado (perverso)* das políticas governamentais no sentido de implementar um ideal *laissez-fairiano*. O resultado desejado seria um incremento sem precedentes da competição e a derrubada de todas as salvaguardas e constrangimentos que a comunidade impunha à operação dos mercados. Isto não era propriamente uma novidade quando GT foi publicada. Como se sabe esta dissonância entre a teoria econômica neoclássica e as políticas econômicas que começaram a ser implementadas com mais vigor nos anos 30 se exprimiu mais conspicuamente no trabalho de Keynes. A necessidade da regulação dos mercados na presença de custos de transação e a preocupação relativa a “*anomalias*” observáveis em um comportamento intervencionista por parte dos Estados, por outro lado, já haviam sido notadas por um crítico dos neoclássicos Ronald Coase em seu memorável *The nature of Firm* (1988 [1937]). Também para Coase a regulação seria o efeito inesperado (e indesejado) da dificuldade que os agentes econômicos têm de utilizar o mecanismo de preços e de colher os ganhos mútuos da troca sem ocasionar *externalidades*.

Contudo, a conexão entre as preferências dos governantes e os interesses estreitos da classe mercantil exportadora não parecia tão clara em GT. Como se sabe, Gramsci (1988 [1949]) efetuou diversas correções no modelo marxiano básico que previa uma conquista dos aparatos estatais pelos interesses organizados de classe, sejam os da burguesia ou do proletariado. O conceito de crise de hegemonia, embora fosse latente na obra de Marx (1984 [1852]) em meados do século XIX, só seria mais precisamente formulado nos anos 1930 após os insucessos da revolução na Itália e na Alemanha, dentre outros estados ocidentais. É muito certo que o modelo de sistema político com que Marx naquela época trabalhava, como notou Elster (1989, Cap. ??), não diferisse muito do modelo “*pluralista*” postulado por autores como Schattschneider (1967) e Dahl (1971). Isto é, o conflito político não apresentaria um caráter bipolar, refletindo a divisão de classes, mas um caráter multipolar, em que as mesmas classes seriam perpassadas por diversas clivagens (étnicas, religiosas, lingüistas etc.) que esmaeceriam as identidades coletivas e tornariam uma impossibilidade o exercício da hegemonia. Com esta constatação veio o realce de crenças no papel do Estado enquanto ente mediador e conciliador dos conflitos sociais, àquela época amplamente compartilhadas tanto por teóricos de direita quanto de esquerda (ver Schmitter 1974). Daí resultaria uma das definições da *embeddedness*, a que Polanyi atribui função relevante na mobilização da sociedade contra as crises geradas pelo mercado. Esta definição seria a que se assimila aos mecanismos corporativistas (*concertação*).

Mas da perspectiva teórica da outra definição de *embeddedness autonomy* que estávamos analisando, a proliferação dessas inovações institucionais na Europa e na América Latina descarta, pelo menos temporariamente, a tradicional hipótese marxista

de uma *captura* do Estado nacional pelo segmento mercantil emergente (Cf. Marx 1984 [1852]; Offe 1984; Elster 1982, 1986; Evans 1995; Przeworski 1995) e que tornara-se a principal “*constituency*” de suas políticas econômicas. Como imaginado por Skocpol (1985) e Evans (1995), o Estado polanyiano parece ser bastante autônomo, sólido e coeso como instituição não obstante a inserção (“*embeddedness*”) de seus dirigentes (representantes, governos), servidores (burocratas) e representados (eleitores, contribuintes e consumidores de bens públicos) na estrutura e no contexto societários.

Mas há uma peculiaridade no argumento que diz respeito às premissas sociológicas subjacentes a ele. Em sociedades complexas, como nas sociedades simples, uma *concepção ampla de interesse* deveria presidir análises da interação entre classes sociais, seja no sentido conflitivo, seja no cooperativo, o que, para Polanyi, tornar-se-ia algo muito mais factível dada a magnitude da ameaça representada pela crise sistêmica. (GT, p.165-166).

“Once we are rid to obsession that only sectional, never general interests can become effective, as well as of the twin prejudice of restricting the interests of human groups to their monetary income, the breadth and comprehensiveness of the protectionist movement lose their mystery. While monetary interests are necessarily voiced solely by the persons to whom they pertain, other interests are necessarily have a wider constituency. They affect individuals in innumerable ways as neighbors, professional persons, consumers, pedestrians, commuters, sportsmen, hikers, gardeners, patients, mothers, or lovers – and are accordingly capable of representation by almost any type of territorial or functional association such as churches, townships, fraternal lodges, clubs, trade unions, or most commonly, political parties based on broad principles of adherence. An all narrow conception of interest must in effect lead to a warped vision of social and political history, and no purely monetary definition of interests can leave room for that vital need for social protection, the representation of which commonly falls to the persons in charge of the general interests of the community – under modern conditions, the government of the day. Precisely because no the economic but the social interests of different cross sections of the population were threatened by the market, persons belonging to various economic strata vital unconsciously joined forces to meet the danger.”(GT, pp. 154-155) [Grifo nosso]

A longa citação nos permite discernir na obra polanyiana uma opção mais ou menos consistente pela explicação de tipo intencional, com resultados substantivos que poderiam representar uma alternativa viável às formulações recentes calcadas em um mercado individualismo metodológico de tipo weberiano. Isto seria verdadeiro não fosse a última sentença, onde o apelo a mecanismos providencialistas do tipo “*mão invisível*” e “*astúcia da razão*” torna-se novamente explícito para compreender as inflexões conjunturais no comportamento dos grupos sociais ameaçados pelas oscilações do mercado. Isto ficará ainda mais claro no próximo tópico. (Cf. Boudon 1979, Cap. VII; Elster 1994, Cap. I)

III. AÇÃO SOCIAL, ECONOMIA E RACIONALIDADE

Por ora importa salientar que a racionalidade atribuída por Polanyi a seus atores seria uma que não pode ser caracterizada como de tipo onisciente e/ou absoluto (em termos hayekianos). A especificação conceitual e os casos providos pelo autor também não autorizam aproximá-lo da noção de uma racionalidade satisfatória do tipo descrito por Simon (1958), autor que, aliás parece compartilhar com ele similares percepções quanto ao irrealismo dos modelos neoclássicos do *homo economicus*.

Contudo, um exame mais detido de GT revela que, sejam quais forem, tais atributos ou caracteres de racionalidade são aplicados a entidades e atores político-sociais muito agregados do ponto de vista analítico, quando não ao próprio sistema social global, este crescentemente vulnerabilizado pela precariedade do sistema econômico. Isto explica-se, como assinalado por Block (2002, 2003), pelas dificuldades de reconhecer os aspectos serendípicos da pesquisa que dera origem a GT e de ajustar as teorias existentes a seus dados de modo compatível. Se de um lado isto permiti-

lhe introduzir novos conceitos, por outro fez persistirem as contradições teóricas com que seus continuadores teriam que lidar. Falta na explicação provida pelo autor a elaboração dos microfundamentos de sua teoria da mudança institucional, sejam estes mecanismos da ação coletiva ou tão somente mecanismos de imersão dos atores na estrutura e no contexto societários (“*embeddedness*”). Enquanto a primeira solução metodológica foi sugerida por um de seus principais críticos, Douglass North (1981, p. 180-186), a última foi a que veio predominar dentre os autores que se declararam mais fiéis a seu legado, como Granovetter (1985) e Evans (1995) – a despeito das imensas diferenças entre estes dois⁸ –, dentre outros⁹.

Assim concebidos, os atores políticos polanyianos (governos, classes, estamentos) orientam-se preferencialmente pela alternativa de política econômica e política social que se considera a menos prejudicial ao status individual e ao bem-estar coletivo, embora menos satisfatória ao investimento e ao aumento do produto social (GT, Cap. XIII). Assim Polanyi descreve (e compreende) a sucessão de escolhas institucionais (Speenhamland, Poor Laws) que precederam a revolução industrial inglesa e que limitavam a operação dos mercados:

“Social history of the nineteenth century was thus the result of a double movement: the extension of the market organization in respect to genuine commodities was accompanied by its restriction in respect to fiction ones [moeda, terra, trabalho]. While on the one hand markets spreads all over the face of globe and the amount of goods involved grew to unbelievable proportions, on the other hand a network of measures and policies was integrated into powerful institutions designed to check the action of the market relative to labor land, and money. While the organization of world commodity markets, world capital markets, and world currency markets under the aegis of the gold standard gave an unparalleled momentum to the mechanism of markets, a deep-seated movement sprang into being to resist the pernicious effects of a market controlled economy. *Society protect itself against the perils inherent in a self regulating market system [...]*.”(GT, p. 76) [Grifo nosso]

Neste ponto, não obstante as extremas distâncias ideológicas que o separam dos liberais ortodoxos, Polanyi parece compartilhar com os mesmos a mesma crença em mecanismos providencialistas, embora operando em sentido contrário ao previsto por eles. Se para a ortodoxia a livre operação dos mercados faria com que as ações (auto-interessadas) dos indivíduos concorram para o bem comum, para nosso autor as pessoas, abandonadas a si mesmas em sociedades ameaçadas por mudanças sociais e institucionais drásticas em seu modo de vida, convergirão para a busca de soluções que minimizem ou que neutralizem a médio prazo os efeitos negativos daquelas mudanças (“*auto-proteção da sociedade*”). As dificuldades sociais crescentes ou a virtual impossibilidade de ajustamento de produtores e trabalhadores às leis do mercado, ditas “*artificiais*”, os levaria depois de certo tempo a desenvolver preferências contrárias ao novo *status quo* e muitas vezes simpáticas ao velho. Mesmo que o argumento polanyiano ponha em dúvida a existência de uma singular motivação econômica subjacente aos arranjos institucionais sobre os quais repousa o sistema econômico emergente, apenas um **estrito cálculo de custo-benefício pode oferecer uma explicação plausível das limitações que diversos países impuseram à operação dos mercados (Cf. Olson 1982, 1993; North 1981, 1990).**

Do ponto de vista formal, a análise de classe foi um aspecto da obra de Polanyi, que os novos institucionalistas, que passaram a reivindicar seu legado, tentaram superar, embora os marxistas (analíticos) ainda se mostrassem bastante fiéis, em especial, ao reforço que o argumento polanyiano emprestou às análises de classe com recurso aos

⁸ Coube a Granovetter (1985), bem como a Evans (1995; ver também Rueschemeyer & Evans 1985, pp. 70-72), o resgate deste ponto da obra polanyiana, ao formular o conceito de *embeddedness* para explicar o mecanismo da ação social e seu contexto sem necessariamente recorrer a supostos utilitaristas. Para um exame dos seus impactos na teoria social, em especial entre aqueles autores mais identificados com a *rational choice*, ver North (1990) e Coleman (1990).

⁹ Marxistas analíticos, como Offe & Wiesenthal (1980) e Przeworski (1986, p. 92-97), parecem oferecer uma solução intermediária, mas não isenta de problemas analíticos e conceituais. Cf. Hindess 1984.

instrumentos da novíssima teoria dos jogos ([Também MUITO discutível, ver Block 2003](#)). Deve-se, entre outros, aos trabalhos de Elster (1982) e Przeworski (1986) as mais sofisticadas análises sobre o perfil da luta de classes nas sociedades avançadas, tomando as classes como duas grandes “*coletividades em luta*” envolvidas em um dilema do prisioneiro¹⁰.

É importante então salientar que, da ótica de Polanyi, apenas um fator, a escassez absoluta (o “*medo da fome*”), devida à expropriação e à mercantilização da terra e de outros fatores de produção pode explicar a opção das pessoas pelo trabalho, por sua vez, transformado em mercadoria (pp. 78-79). Para que o mercado auto-regulável se tornasse historicamente possível no século XIX, segundo o autor, foi necessária a eliminação dos impedimentos e restrições institucionais à uma completa mercantilização de fatores de produção como a terra (regimes de propriedade feudal e clerical, colonatos) e o trabalho (regimes de servidão, proibição de mobilidade dos trabalhadores, esquemas de proteção e assistência social, renda mínima, leis do trigo, etc.) (GT, Cap. VII e VIII). Esta foi a função do *Poor Law Reform Act* adotado na Inglaterra em 1834, sendo aquele ano assinalado por Polanyi como o momento instaurador do capitalismo industrial.

“The pitfalls of the market system were not readily apparent. To realize this clearly *we must distinguish between the various vicissitudes to which laboring people were exposure in England since the coming of the machine*: first, those of the Speenhamland period, 1795 to 1834; second, the hardships caused by the Poor Law Reform, in the decade following 1834; third, the deleterious effects of a competitive labor market after 1834, until in the 1870’s the recognition of the trade unions offered sufficient protection. Chronologically, Speenhamland antedated market economy; the decade of Poor Law Reform Act was a *transition* to that economy. The *last period* – overlapping the former – was the that of market economy proper.”(GT, p. 82) [Grifo nosso]

Mais significativas do ponto de vista social e político, as restrições ao trabalho assalariado derivavam da instabilidade do mercado e das exigências da indústria que tornavam inviável a absorção do volume de trabalhadores egressos do campo, do artesanato e da manufatura. Asilos, albergues, colonato e parcerias agrárias que vinculavam o camponês à propriedade, distribuição de alimentos e donativos, renda individual e familiar indexada ao preço do trigo ou do pão, constituíram ao longo dos séculos XVII e XVIII, fontes de incentivo à populações que resistiam (heroicamente) contra a fixação dos preços da força de trabalho pelas leis do mercado. Através de reformas ou revoluções em países como a Inglaterra, a França, Bélgica, Holanda, Áustria-Hungria e a Alemanha criaram-se os incentivos e o ambiente necessários ao retorno dos investimentos produtivos. A exploração do trabalho assalariado particularmente tornou-se altamente compensadora para o sistema fabril, tornando-a mais competitiva que o sistema artesanal e outras formas organizacionais da produção (GT, p. 147).

Como Karl Marx (1984 [1852]) quase um século antes, o autor identifica o mundo rural como um sério foco de resistência à expansão do capitalismo dentro de cada país, uma vez que o campesinato e as classes proprietárias tenderiam a se coligar no sentido de preservar seu status e seu bem-estar ameaçado pelo avanço da inovação capitalista (GT, Cap. XI.). Verdadeiras coalizões de veto à mudança institucional se formaram nos países que experimentaram a industrialização no século XIX. Contudo, há diferenças notáveis em relação a Marx. Na verdade, a revolução social da modernidade descrita em GT seria o resultado ambivalente e contraditório de algo mais que a rigidez dos regimes e das instituições políticas. Seria o comportamento dos

¹⁰ Como dissemos antes, os dois autores, contudo, se distanciaram de tais modelos de luta política de classes alicerçados na sua reconstrução como atores coletivos, portadores de identidade e preferências definidos, em seus trabalhos mais recentes (Ver Elster 1994; Przeworski 1995). Para uma crítica a ambos (de um ponto de vista hayekiano) que também se aplicaria a Polanyi, ver: Hindess (1984). Para uma réplica, mais retificando do que ratificando a posição dos marxistas analíticos, ver: Przeworski (1987).

atores sociais diante das regras, normas e valores sociais que conformam sua sociabilidade e geram o equilíbrio necessário à sua interação, o principal fator explicativo da “*grande transformação*” aludida no título da obra – o que é um ponto alto da argumentação de Polanyi do ponto de vista da teoria social do século XX. Como se condicionam mutuamente mudança social e mudança institucional? Este é o ponto relevante.

O esquema explicativo se fecha com a introdução da dimensão monetária (GT, p. 131), do dinheiro enquanto *commodity* ou meio de troca – também uma “*anomalia*” do mundo moderno –, tanto no setor doméstico da economia, quanto no setor externo. O sistema monetário lastreado pelo ouro (padrão ouro) assegurou a criação de um mercado internacional cujo dinamismo é que impulsionou a difusão global do capitalismo e o avanço do comércio e da indústria (setores novos) sobre os demais setores da economia nacional de cada país (setores velhos).

Através destas três dimensões explicativas relacionadas ao complexo arranjo institucional que deu forma capitalista aos fatores de produção (terra, trabalho, dinheiro), Polanyi deduz a fragilidade sistêmica inerente à economia de mercado, situando diretamente nas condições primitivas e modernas da acumulação de capital as bases de sua futura inviabilidade social e política como sistema econômico (GT, p. 72 e ss.).

A principal fonte de efeitos disfuncionais, para Polanyi, seria precisamente o setor externo das economias nacionais. Enquanto gerador de divisas e de bens escassos no país (segundo a divisão internacional do trabalho e da produção), o comércio internacional subordinava o comércio interno em todos os países (mesmo dos países industriais), o que os tornava muito vulneráveis às crises externas. Tanto os níveis de salários e de emprego, quanto a remuneração dos investimentos a longo prazo, a sanidade das instituições financeiras e do setor público, repousavam sobre a estabilidade padrão-ouro (GT, p. 27). Deduz-se facilmente que se tratava de uma ordem econômico-financeira, alicerçada em uma arquitetura institucional muito frágil, senão insustentável, uma vez que a mesma era o produto da cooperação entre diversos governos, os quais, por sua vez, eram premidos crescentemente pelas demandas e reivindicações dos mais diversos interesses sociais, setoriais e classistas (GT, p. 151-155). Aqui, era impossível a promoção de um equilíbrio no sentido de evitar que os atores nacionais adotassem comportamentos oportunistas visando melhorar sua situação às expensas dos outros, para empregar os termos caros a um consagrado autor neoclássico¹¹.

Como, tentaremos demonstrar a seguir este seria um ponto falho na argumentação de Polanyi sobre a concatenação de escolhas e constrangimentos que fizeram emergir a crise sistêmica do capitalismo, supondo que os atores sociais possam ser portadores ao mesmo tempo de uma concepção ampla (“*altruística*”) de interesse no plano doméstico, e de uma concepção (“*egoística*”) no plano internacional.

[XXX DESENVOLVER MAIS XXXX]

Em razão da impossibilidade de se eliminarem os incentivos (sociais e eleitorais) a políticas oportunistas dos governos nacionais, durante o chamado período da *Paz dos 100 Anos* (1815-1914), embora a política econômica dominante nos diversos países fosse o *laissez-faire*, sob impacto das crises internas e externas, vai haver uma crescente afirmação do protecionismo, do nacionalismo econômico, e de outras formas heterodoxas de gestão da moeda e das relações comerciais e financeiras a partir das três últimas décadas do século XIX (GT, pp. 5-19). Paralelamente, a ampliação do universo de direitos e das prerrogativas associadas ao triunfo da democracia representativa, sobretudo nos países mais desenvolvidos, veio a acarretar a adoção de medidas de proteção social contra o

¹¹ Olson 1965. Ver também Olson 1982, 1986.

desemprego e a miséria (GT, p. 172-177)¹². A convergência destes movimentos e tendências assinalava a crise do sistema de mercado auto-regulável. Para o autor, a escolha e a implementação destas políticas nos diversos países não estava restrita a partidos e lideranças identificados com o socialismo e a social-democracia do eleitorado urbano ou o conservadorismo e o nacionalismo dos segmentos agrários. O que atestava a *objetividade da crise do capitalismo* para o autor era o abandono dos métodos ortodoxos (*laissez-faire*) para a condução de políticas econômicas e sociais pelos próprios economistas e políticos liberais. A lenta “*conversão*” destes defensores da economia de mercado aos métodos intervencionistas, que se processou ainda antes da virada do século XIX para o XX abria uma dissidência no próprio campo conservador que tendia a se aprofundar no pós-guerra, com efeitos sobre a própria estabilidade das sociedades (industrializadas ou não) e dos regimes políticos (democráticos ou não) (GT, pp. 141-142, 185-191)¹³.

Assim da ótica polanyiana, não passaria de uma falácia o argumento de F. A. Hayek e dos liberais ortodoxos de que haveria um “*complô coletivista*”, uma grande *coalizão distributiva* reunindo proprietários rurais, trabalhadores sindicalizados, partidos de esquerda e industriais inclinados a práticas monopolistas para sabotar o funcionamento da economia de mercado nos países industrializados (GT, pp. 144-150)¹⁴, de modo que seja plausível afirmar que o ideal do *laissez-faire* jamais tenha sido historicamente implementado¹⁵.

Do que foi dito até aqui, podemos afirmar com propriedade que Polanyi esteve preocupado em identificar e delimitar as *fontes institucionais da crise do capitalismo*, assim como com os determinantes de sua emergência como sistema econômico hegemônico no mundo moderno a partir da Revolução Industrial e da formação de mercados consumidores unificados e articulados nacionalmente (GT, pp. 56 e ss.). Esta investigação dos arranjos institucionais subjacentes ao Estado, à economia e à ordem social capitalistas, como dissemos, vistos sempre de uma perspectiva macro-histórica e macrosociológica, sedimentou uma agenda de pesquisas e debates em que neoclássicos (*public choice*), marxistas e institucionalistas passariam a se enfrentar com muita intensidade. Diferentes argumentos e modos de explicação estariam em jogo desde então, opondo as diversas visões que emergiram a respeito da ordem mundial do século XX.

III. O DIÁLOGO (IMPLÍCITO) DE POLANYI COM OS MARXISTAS: UMA AGENDA INSTITUCIONALISTA EM GESTAÇÃO?

Antes de proceder ao exame das relações de Polanyi com os marxistas, julgamos conveniente dizer algumas coisas a respeito de uma das obras cruciais neste debate, *Era dos Extremos*, do historiador Eric Hobsbawm. Esta obra, por outro lado, como veremos, é, juntamente com *A Grande Transformação*, muito relevante para a emergência e a consolidação do movimento dos institucionalistas históricos na Ciência Política.

¹² Para uma narrativa mais completa ver também: Marshall, T. H. 1967 [1950]; Dahrendorf (1992); Bendix 1999 [1966]; Esping-Andersen (1999).

¹³ Se fossemos procurar a possível réplica dos neoclássicos a este ponto, poderíamos consultar os trabalhos de Douglass North (1981) e Mancur Olson (1982) acerca do impacto que as crises simultaneamente inflacionárias e recessivas (estagflação) tiveram sobre o desempenho das economias industrializadas a partir dos anos 1970. North (1981) enfatiza a baixa lealdade dos políticos e dos economistas ao ideário e aos valores liberais como o principal fator explicativo do seu abandono como programa político ainda antes da revolução keynesiana dos anos 30. Por sua vez, Olson (1982) argumentou que, do ponto de vista microeconômico, haveria muito pouca controvérsia entre ortodoxos e heterodoxos.

¹⁴ Para um resumo da posição liberal, ver Hayek (1979 [1944], p. 96 e ss.).

¹⁵ Esta é a posição clara de Hayek (1979 [1944]) e de North (1981). A mesma aparece de maneira menos explícita mas igualmente contundente em suas implicações em Olson (1965).

A obra de Gramsci (1988 [1949]) tem como tema central o malogro dos episódios insurreccionais do imediato pós-Primeira Guerra Mundial e dos anos 30. O autor quer saber as causas ou motivos dos fracassos dos partidos comunistas na Europa em aplicar com sucesso a doutrina estratégica e operacional leninista e trotskysta a suas realidades e situações nacionais respectivas. Importa, em meio à grande perplexidade e a paralisia do movimento socialista da década de 1920 saber por quê a Itália, país sob certas condições tão parecido com a Rússia dos bolcheviques (industrialização e urbanização retardatária combinada com autoritarismo político e tradicionalismo social e religioso, patrimonialismo e parasitismo social), não experimentou o mesmo processo radical de mudanças políticas globais e de rupturas institucionais graves¹⁶.

A hipótese através da qual Gramsci responde a tal problemática é a de que a Itália, sendo um país do mundo ocidental, seria culturalmente¹⁷ e institucionalmente mais desenvolvido do que a Rússia dos Czares, de modo que a categoria da “*revolução permanente*” associada à ação estratégica de Trotsky, de seu Exército Vermelho, bem como dos Sovietes de Lênin, não surtiria os efeitos desejados.

Recorrendo a uma argumentação contrafactual, Gramsci sustenta a idéia de que a tomada do aparelho estatal pelos revolucionários diante de uma sociedade civil (*bürgerliche gesellschaft*) forte e organizada seria totalmente contraproducente, para não dizer inoportuno. Isto, do ponto de vista da análise marxiana da conjuntura e da estrutura, revelaria que o período de abertura da revolução social não encontraria seu devido respaldo no estágio do desenvolvimento das forças produtivas, de modo que se pode afirmar que os fracassos que se observaram na mobilização combativa nas arenas políticas (estatal e institucional) se devem a derrotas e fraquezas acumuladas ainda nas arenas societárias (comunitária, social, sindical, religiosa, cultural etc.). Esta digressão torna-se relevante do para uma agenda institucionalista, que, do nosso ponto de vista, passaria a ganhar peso crescente dentro inclusive do próprio paradigma marxiano. Já havíamos notado a influencia exercida por autores, como Weber (1979, 1993) e Polanyi ([1944] 1980) sobre algumas das principais formulações acerca da estruturação política e institucional da ordem capitalista e das relações de classe. Para os objetivos deste trabalho, Polanyi é o que pode ser considerado mais relevante uma vez que suas hipóteses sobre a crise do capitalismo são simétricas às de Gramsci, aventando inclusive para o papel estratégico desempenhado por coalizões amplas de classe como algo historicamente representativo de uma concepção mais ampla de interesse. Mais recentemente, autores como Stepan (1985), Schneider (1997, 2004) e outros têm feito o caminho inverso e recuperado aquela dicotomia entre sociedade política e sociedade civil como recurso analítico para explicar mecanismos complexos de interação entre os governos (autoritários ou democráticos) e os atores sociais (movimentos sociais, associações empresariais, organizações religiosas etc.) em diversos países.

Como dissemos, os malogros da revolução na Europa abriram uma lacuna na teoria marxiana da revolução, cujas principais variáveis associavam o potencial combativo das massas trabalhadoras à deterioração de suas condições de existência; neste esquema causal, tal percepção e conscientização, uma vez explorada pelo partido e por seus intelectuais, devidamente conduziria à vitória. É claro que o próprio Marx (1984 [1852]) e depois Lênin (*Imperialismo...*) introduziram novas variáveis neste modelo visando explicar o peso de fatos conjunturais, acidentais, no desencadeamento dos processos insurreccionais. Os mecanismos da ação coletiva, nesta nova versão, estariam, em linguagem toquevilliana, vinculados ao desempenho de causas secundárias cuja eficiência produziria os resultados esperados da ótica revolucionária. Gramsci, na verdade, foi além, e, ao recuperar Maquiavel como uma

¹⁶ De certa forma tal problemática também se aplica ao caso da Alemanha em que Max Weber escreveu “A Política como Vocação” (1979 [1915]) e “Parlamento e Governo” (1993 [1920]), esta última obra é citada como uma de suas fontes pelo próprio Gramsci.

¹⁷

das fontes centrais de seu neomarxismo formulado nos *Quaderni* joga com o imponderável, com a incerteza, em uma escala de compreensão da realidade e das forças sociais que não fora antevista nem pelo próprio Marx. Não pretendemos exagerar o valor analítico dessas inovações, senão que representaram, do ponto de vista do desenvolvimento posterior da teoria, uma tentativa de endogeneizar outros fatores que se julgava responsáveis pelos resultados políticos observados no pós-1917.

Da ótica gramsciana, os efeitos inesperados produzidos pelo movimento revolucionário na Itália¹⁸ decorreram de uma incompreensão fundamental da situação histórica do proletariado neste país, de sua incapacidade ou inabilidade para o exercício da hegemonia social, e, muito menos, da dominação política.

Estas mudanças de ênfase na estratégia e na doutrina revolucionárias, aumentam o que muitos autores chamam de autonomia das variáveis e motivações políticas na explicação e na compreensão da própria luta política. A despeito de outras dificuldades no argumento gramsciano, que não vale a pena examinar aqui, as extensões efetuadas por este autor aumentaram sobremaneira a previsibilidade e a capacidade de reação dos atores sóciopolíticos (revolucionários ou não), diante de elementos externos ao modelo de análise da realidade. O plano institucional, implícito na dialética conceitual coerção/ hegemonia de Gramsci, foi recuperado por outros autores e passou a orientar substancial parcela das pesquisas e investigação realizada a partir de então¹⁹.

A análise histórica de Hobsbawm (1995) acerca do século XX, em nosso entender, deve muito a duas ou três fontes ou inspiração teórica nem sempre congruentes entre si. A primeira e mais identificada com sua reputação marxista, é a de Gramsci (1988 [1949]), particularmente o Gramsci de "*Americanismo e Fordismo*", texto de caráter empírico e analítico, em que aquele pensador aplica sua teoria da revolução passiva em perspectiva comparada Estados Unidos/Europa. A outra a ser salientada seria a de Polanyi, de cuja obra parece extrair algumas das categorias de problemas econômico-financeiros, sócio culturais e político-institucionais associados à gênese e à consolidação do capitalismo no mundo moderno. Esta menção às influências do autor é relevante do ponto de vista da validade e do alcance das hipóteses históricas que lança no intuito de dar resposta aos temas e problemas. Descontando-se o aspecto formal e atendo-se aos temas e problemas substantivos, pode-se afirmar que Hobsbawm não faz mais do que atualizar aquelas análises de uma perspectiva neomarxista. A originalidade deste esforço de *aggiornamento* das questões ligadas à crise ou à vulnerabilidade da economia de mercado, sob um olhar retrospectivo próprio dos historiadores, é bem marcada, uma vez que ele lança mão de extensa base de dados estatísticos, estudos de caso e relatos pessoais para dar plausibilidade às suas teses. É nesse sentido que afirmamos tratar-se a *Era dos Extremos* como uma obra relevante para a agenda dos novos institucionalistas, como o foi para os marxistas do final do século XX. Tentaremos demonstrar mais claramente a partir daqui o valor analítico dessa assertiva.

Sem dúvida, ganham novo alcance e maior consistência as intuições de Gramsci acerca da *americanização* do Velho Mundo no pós-Guerra, e os argumentos de Polanyi sobre os perigos e as oportunidades contidas nas relações de interdependência econômico-financeira entre os países ao longo dos cem anos de paz que antecederam a 1914. Quanto à explicação tocquevilliana da mudança social,

¹⁸ Deve-se acrescentar talvez a Alemanha e a Espanha, países próximos do caso italiano até pelo desfecho autoritário e fascista experimentado por suas sociedades.

¹⁹ Dentre os principais trabalhos nesta linha ver: Althusser [1971] 1985; Poulantzas [1968] 1972, [1978] 1985; Offe 1984, 1988; Przeworski 1989; Mandel, 1982. Para uma resenha desta literatura, ver: Carnoy (1994). Para uma revisão crítica de seus principais argumentos, em comparação com os veiculados pela *public choice* e pelos institucionalistas históricos, ver: Przeworski (1995).

acerca da relação entre as variáveis nível de satisfação material e mobilização política, cujo comportamento pode ocasionar processos de transformação e/ou de estagnação social em países e regiões inteiros, revela-se incidentalmente muito mais operatória e adequada às transformações sociais e políticas da segunda metade do século XX (como p. ex. os levantes de 1968), do que o velho paradigma marxiano do conflito classista²⁰.

Enfim, cabe examinar e discutir mais de perto os argumentos de Hobsbawn e as dimensões e os rumos que a “*grande transformação*” tomou ao longo do século XX:

□ Transformações de ordem político-institucional, a emergência, o desenvolvimento e a crise dos Estados de Bem-Estar (*Welfare States*), no pós-1945. Ao longo do tempo, políticas regulatórias, distributivas e redistributivas se concatenaram em larga escala para reduzir a instabilidade e as falhas dos mercados, reduzir o impacto do desemprego e assegurar incorporação das massas trabalhadoras ao consumo de massa. O keynesianismo e o fordismo se tornaram as opções hegemônicas de política econômica em todos os países capitalistas com variados graus de desenvolvimento e com diversas ênfases na definição de objetivos para a manipulação dos seus instrumentos monetários e fiscais, dentre outros, vis-à-vis o nível da demanda agregada (cf. Weir & Skocpol 1985; Boyer 1996). Os desequilíbrios sóciodemográficos e econômico-financeiros, a política partidária, do período estudado se correlacionam para dar sentido à velha tese polanyiana de que a sobrevivência do sistema capitalista dependeu intrinsecamente da manutenção e da expansão de amplos mecanismos de proteção social associados a uma concepção enriquecida de cidadania (direitos sociais como corolário de um prévio acúmulo de direitos civis e políticos) (cf. Marshall 1967 [1950]; Dahrendorf 1992; Esping-Andersen 1990).

□ Transformações na estrutura da estratificação social, com declínio relativo do campesinato em escala mundial, a precarização do trabalho assalariado e sindicalizado, emergência de jovens e mulheres como segmentos política e economicamente dinâmicos, portadores de identidade sóciopolítica, objetivos e aspirações próprias (Ver Offe 1984; Rueschemeyer *et. al.* 1992). As revoltas do final dos anos 60 e do princípio da década de 70, com efeitos duradouros por todo o final do século, como vimos não são apenas explicáveis da ótica destas mudanças na distribuição relativa do poder econômico e do poder político entre os diversos segmentos da população mundial.

□ Transformações de ordem sóciocultural, com a emergência de novos estilos e manifestações artísticas, culturais e espirituais aos quais se vinculam novos modos de vida. O aumento em todos os países, sobretudo nos mais desenvolvidos, da população escolarizada e/ou em períodos dilatados de formação universitária também é uma inovação no quadro das tendências que relacionam o mercado de trabalho e o mundo da educação; sob impulso das políticas de bem-estar generaliza-se na maioria dos países o acesso à educação como um direito social básico.

A descrição oferecida por Hobsbawn, é importante assinalar, marca uma inflexão no pensamento político marxista do século XX, sobretudo dos anos 1960-70, que tendia a ver a emergência dos mesmos fenômenos sob um signo negativo (cf. Poulantzas 1972, 1985; Miliband 1969; Althusser 1985; Mandel 1982). A ampliação do universo do trabalho assalariado e dos direitos políticos e sociais, a elevação da renda média e da expectativa de vida das populações na segunda metade do século XX, a segurança oferecida pelas políticas e instituições de *welfare*: tudo converge para caracterizar o que Hobsbawn chama de “*Era Dourada do Capitalismo*” (Ver também Przeworski 1989). Tal rótulo (de elevado teor normativo, diga-se de passagem) soa quase como uma paráfrase (com sentido diverso) da *Paz dos 100 Anos* descrita por Polanyi, o que, associado à influencia que a leitura do mundo pré-Guerras por este autor obteve entre os marxistas, assinala a primazia que a agenda institucional, de inspiração polanyiana

²⁰ Para uma comparação entre as duas modalidades de explicação (marxiana e tocquevilliana) da mudança social, ver Elster (1994); Boudon (1979); Skocpol (1985).

ou não, adquiriu entre estes a partir dos autores que se propuseram a dar continuidade à reflexão de Gramsci.

Assim como sua construção e seu desenvolvimento histórico, o modelo da “*Era Dourada*” não constituiu uma alternativa homogênea nos diversos países, capitalistas ou socialistas, desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A análise polanyiana já assinalara como políticas econômicas, ambientais e sociais, demandas coletivas e setoriais, projetos e estratégias, matrizes doutrinárias ou seja motivações, idéias e causas as mais variadas, como já dissemos, se combinam para moldar a fisionomia peculiar de todo um período histórico (Blyth 2001). Em uma visão retrospectiva de longa duração, a combinação institucional mais eficaz ou adequada em uma conjuntura ou momento, pode se revelar ineficaz ou inadequada em outro; respostas político-institucionais típicas a uma dada erupção de crise e/ou de instabilidade na estrutura material da sociedade não produzem os mesmos efeitos sob qualquer situação; atores políticos e forças sociais relevantes, com poder de decidir politicamente, de se articular e de influenciar o curso histórico, fatalmente não são sempre as mesmos e nem tem um idêntico posicionamento na correlação de forças. Assim como as estruturas de oportunidade, as estratégias, os recursos e os níveis de aspiração e de satisfação também não são constantes ao longo da era moderna, muito menos em uma época que alguns vêem como “*pós-moderna*”.

A partir desta caracterização das bases materiais e institucionais da civilização no século XX, Hobsbawn passa a se indagar a respeito das causas e/ou dos motivos da desestabilização e da crise deste modelo nas últimas décadas do século, em suas variadas dimensões sistêmicas. Em razão disso o autor qualifica melhor os diagnósticos correntes que visualizam a duração e a profundidade de tal momento crítico como consequência inequívoca e direta de mudanças tecnológicas e econômicas, de natureza conjuntural ou estrutural (expansão da finança globalizada, das redes de telecomunicações, crise energética dos anos 1970, baixo desempenho macroeconômico, etc). Contrapunha assim, o diagnóstico neoclássico, de autores como North (1981) e Olson (1982) que viam a causa do declínio econômico do Ocidente na proliferação de políticas regulatórias e redistributivas com benefícios concentrados e custos difusos. Apesar de toda a riqueza de dados factuais e da atualidade em suas hipóteses sobre o acirramento das polarizações de riqueza e de status nas sociedades modernas, Hobsbawn, contudo, vê as forças sociais de uma maneira paramétrica, ou seja, o temor, insegurança ou qualquer *sentimento de classe* da burguesia em face do proletariado, é determinado pelas variáveis conjunturais da história que se lhes mostram bastante favoráveis no momento em causa. Ele por certo não se acha sozinho em sua análise. Muitas das conclusões do trabalho de Rueschemeyer *et. al.* (1992) sobre a relação entre desenvolvimento capitalista e democratização apontam nesse sentido. Por outro lado, muitos marxistas analíticos como Elster (1982), Roemer (1986) e Przeworski (1989), ao examinar o conflito classista da ótica da teoria dos jogos, também visualizaram conjunturas em que as preferências da burguesia como classe podem mudar, fazendo com que esta adquira uma compreensão mais estreita, econômico-corporativa, de seu próprio interesse. Em virtude desta nova etapa de relações não cooperativas, os marxistas deduziram que o modelo da “*Era Dourada*” dificilmente sobreviveria, o que poderia acarretar reversões tanto do ponto de vista da estabilidade da ordem democrática quanto da concepção enriquecida da cidadania que caracterizaram a fisionomia do período histórico descrito por Hobsbawn²¹.

Diferentemente de Polanyi e Gramsci, nosso autor não se limitou a interpretar a hipótese da crise de hegemonia nos termos de uma simples reacomodação na correlação de forças sóciopolíticas, levando-as a adotar comportamentos mais

²¹ Como tentamos demonstrar para o caso de Polanyi estar a sua reconstituição do período da Grande Transformação fundada em uma concepção equivocada acerca dos mecanismos de ação coletiva (Cf. North 1981), tal crítica também se aplica a Hobsbawn. Ver também Blyth (2001) e Gray (2001).

cooperativos, cujos indícios estariam inscritos no estágio do desenvolvimento das forças produtivas. Hobsbawn explora as implicações da constatação, entre os marxistas, de que a abertura de um período de revoluções sociais no Ocidente a partir dos anos 1930, falsificou a proposição da revolução permanente, mas ofereceu evidências que se aproximaram do diagnóstico fundado no conceito gramsciano de revolução passiva. Segundo Hobsbawn, houve uma descaracterização significativa do ideal e da realidade da economia de mercado na medida em que se alterou o peso político relativo das classes e das forças sociais e em que os governos tiveram que incorporar outras variáveis e demandas em sua formulação e implementação das políticas econômicas (ver também Boyer 1996). Aumentou de fato a “*embeddedness*” em seu sentido mais amplo, bem como suas implicações para o desempenho macroeconômico de diversos países industrializados. Pode-se afirmar até que, neste aspecto ou conclusão substantiva, o marxismo do historiador convergia implicitamente com o diagnóstico de alguns dos mais proeminentes pensadores liberais do “*Breve século XX*” como Hayek (1979 [1944]) e Friedman (1977), que se queixaram insistentemente da perda de referências e valores capitalistas nas populações contempladas por políticas de bem-estar, bem como de desempenhos macroeconômicos medíocres. Eram os arautos da nova “*grande transformação*” aludida acima preparando o terreno.

Contudo, diferentemente destes autores, na avaliação de Hobsbawn tal resultado inesperado das ações revolucionárias gerou efeitos positivos sobre a fisionomia da conjuntura longa dos anos 1914-1991, aproximando-se do ótimo no tradicional binômio produção / distribuição. Mas, em que pese a veracidade dessa assertiva, ficou claro em sua análise que se o processo funcionou em um sentido histórico, também poderia operar inversamente, pois as mesmas causas nem sempre produzem os mesmos efeitos. Assim é que se pode inferir, a partir da perspectiva dos marxistas analíticos e institucionalistas históricos, que as décadas finais do século XX presenciaram uma ofensiva burguesa em escala global no sentido de desmontar os fundamentos institucionais da “*Era Dourada*”²².

A Agenda Polanyiana e a “*Restauração Neoclássica*” da Segunda Metade do Século XX

Comparamos os respectivos argumentos à luz do modelo da lógica da ação coletiva em suas versões desenvolvidas por autores como Mancur Olson (1965, 1982, 1993), Claus Offe (Offe & Wiesenthal 1984; Offe 1988), Douglas North (1980, 1993).

As implicações do argumento olsoniano para a abordagem pluralista já são sobejamente conhecidas (Steck & Smith 1979; Schmitter & Lehbruch 1985). Assimetrias de organização, segundo aquele autor (1982), podem gerar sobrecargas em mecanismos decisórios das democracias, bem como instabilidade nas decisões políticas. Em contrapartida, Offe (1988) argumenta que os mecanismos decisórios engendrados pelos sistemas neocorporativistas nas democracias européias do Pós-Guerra tendem a aumentar os “*custos de saída*” para os atores envolvidos no *policy-making*. Por outro lado, associações de interesse nem sempre conseguem organizar as classes empresariais, de modo que as assimetrias de organização percebidas por Olson (1965) tendem a prejudicar as classes trabalhadoras já que esta teria maior necessidade de uma ação concertada (Offe & Wiesenthal 1984). Os custos de transação, para empregar a linguagem da Nova Economia Institucional (Coase 1988; Granovetter 1985; North 1993), seriam maiores para um segmento social do que para outro.

²² O trabalho de Rueschemeyer *et. al.* (1992, pp.53-57) aponta precisamente para o potencial regressivo que esses comportamentos não-cooperativos na interação de classes pode ter para a estabilidade institucional e a inclusividade das democracias.

E na medida em que a internalização dos processos políticos em grandes organizações de interesse torna possível a democracia, tenderia a perder espaço a competição eleitoral. Os neocorporativistas compreenderam bem estas evoluções no desenvolvimento institucional das velhas democracias, conseguindo prever inclusive a obsolescência ou enfraquecimento dos partidos e sistemas partidários como canais de intermediação de interesses e agregação das preferências (ver Schmitter 1974; ver também Manin 1995). Os vínculos institucionais entre o Estado e a sociedade civil, como vimos revisando da perspectiva da *embeddedness* também seriam de natureza diversa. Contudo, os mesmos autores não foram capazes de assinalar os limites e os alcances dessas mudanças para o desempenho da governança democrática em muitos países. Do mesmo modo, os marxistas, como vimos não lograram desenvolver uma abordagem própria, endógena, das instituições sóciopolíticas que mantém o capitalismo de pé (Elster 1982; Przeworski 1989; Hobsbawn 1995). Restou para os marxistas analíticos e para os institucionalistas históricos oferecerem as respostas para as questões que passaram a intrigar a reflexão acadêmica e política. O resgate da agenda polanyiana, argumentamos, cabe precisamente neste registro.

Fora do campo marxista mas em estreito diálogo com ele, Polanyi (1957 [1944]) destacou o impacto que um interesse classista amplo teve sobre os resultados dos sistemas políticos ameaçados pelas crises cíclicas do capitalismo. Argumentamos que a sua contribuição parece ecoar a de Gramsci quando afirma a primazia das alianças e coalizões de classe na arena parlamentar de diversos países democráticos (cf. Hobsbawn 1995).

Retomando o argumento já esboçado, podemos afirmar que um significativo corpo de literatura se desenvolveu acerca da relação problemática entre sistemas de representação de interesses, por um lado e partidos políticos, por outro. Nas proximidades do campo marxista, Michels (1959 [1915]) salientou o impacto que as gigantescas organizações de massa tem sobre os custos de transação da classe trabalhadora no sentido da participação política (Offe & Wiesenthal 1980); partidos de massa oligárquicos como os descritos por este autor é que teriam tornado possível o processo de democratização nos países da Europa Continental durante o século XIX. Já Gramsci (1988 [1949]), como vimos, salientou as dificuldades e complicadores que se colocavam para uma estratégia agressiva dos partidos socialistas e comunistas nos países de capitalismo avançado. Sua abordagem representou por si própria, um *aggiornamento* no campo do marxismo, estando na base dos argumentos de autores recentes como Adam Przeworski (1986; 1995) sobre a relação entre instituições democráticas e luta de classes.

Dois autores efetuaram contribuições decisivas para o avanço dessa teorização. O primeiro que gostaríamos de destacar é Kirchheimer (1966) e sua tese acerca da transição dos partidos políticos de massa para partidos *catch-all* nas democracias industriais consolidadas. Também estas mudanças nos sistemas partidários representavam mudanças na lógica de organização dos interesses classistas e setoriais em face de desafios econômicos e sociais emergentes no Pós-Guerra. O outro autor seria Mancur Olson (1965) e seu argumento acerca de assimetrias de organização entre grupos grandes e pequenos nas sociedades, que instigaria uma profunda revisão nas teses da sociologia funcionalista e do marxismo. Nesse sentido, a própria discussão de Polanyi foi duramente criticada de uma perspectiva olsoniana por North (1980) enfatizando a necessidade de explicar como as forças sociais superam seus dilemas de ação coletiva diante de ameaças a sua posição e a seu status, eliminando os potenciais caronas. Como se sabe o próprio Marx (1984 [1852]) fora semelhantemente criticado antes por Olson (1965).

Fica patente pela literatura resenhada que as visões e os diagnósticos que se construíram acerca da dinâmica e da crise do capitalismo devem cada vez ser explicações intencionais, e não mais funcionais, como na distinção formulada por

Elster (1982)²³. Como vimos no início deste trabalho, as análises que se impuseram a partir dos anos 60 e 80, com os trabalhos da *public choice* (em que se insere Olson) e da chamada Nova Economia Institucional (Coase 1988; North 1981, 1990), bem como do marxismo analítico (Offe 1984, 1988; Przeworski 1986, 1987; Elster 1982, 1986) pavimentaram um campo de idéias mais ou menos comum, em que os diagnósticos e os prognósticos passam de certo modo a convergir. A estes movimentos deram o nome de “*Restauração Neoclássica*” (Evans 1995; Castro 1996; Hindess 1984). Essas semelhanças, contudo, não devem ser exageradas sob a pena de obscurecer importantes divergências. O principal para os nossos propósitos seria a afirmação das modo de explicação intencional nas ciências sociais, e o estabelecimento destes *links* micro-macro, sendo este basicamente uma contribuição direta da *rational choice*.

A crítica da abordagem “*centrada no Estado*”, como a ela se refere Adam Przeworski (1995), pode ser situada em alguns dos mais caros postulados metodológicos adotados pela literatura. Como, por exemplo, a não especificação, dentro da categoria elástica de Estado, dos mecanismos institucionais que seriam os responsáveis pelos resultados (*outcomes*) sociais e econômicos que se pretendeu explicar. A coesão do aparato estatal é outro ponto discutível cuja explicação nos principais trabalhos dessa corrente (Scokpol 1985; Evans 1995) não é tida como satisfatória. Daí a conclusão aduzida por Przeworski acerca da impossibilidade de o institucionalismo histórico se constituir como um paradigma distinto. Por outro lado, o questionamento aos modelos neoclássicos ensejado entre outros por Granovetter (1985) alcançou ampla repercussão até mesmo entre aqueles teóricos mais partidários de abordagens individualistas como Douglass North (1990) e James Coleman (1990).

²³ É bem verdade que Peters (1999) discordaria disso ao salientar que as diversas correntes do chamado “*Novo Institucionalismo*” compartilham todas as mesmas deficiências quanto ao caráter mais ou menos funcionalista de suas explicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L.(1985),Aparelhos ideológicos: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (2 ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- BENDIX, Reinhard. (1996 [1969]), *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: EDUSP.
- BLYTH, Mark. (2002), *Great Transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century*. New York: Cambridge University Press.
- BOYER, Robert (1996), *State and Market: A new engagement for the twenty-first century*. In: BOYER, Robert and DRACHE, Daniel (Ed.) (1996), *States Against Markets. The Limits of globalization*. London and New York: Routledge, pp. 84-114.
- BLOCK, Fred. (2001), *Introduction*. In: POLANYI, Karl. (2001 [1957]) *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. 2ª ed. Boston: Beacon Press.
- _____.(2003), Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. *Theory and Society*, 32, pp. 275-306.
- BOUDON, R. Ação. In: BOUDON, R. (Org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- CAMPBELL, John L. and PEDERSEN, Ove K. (Ed.) (2001), *The rise of neoliberalism and institutional analysis*. Princeton: Princeton Univ. Press.
- CASTRO, Antonio Barros de. (1996), "O Estado, a empresa ea restauração neoclássica".In: CASTRO, Antonio Barros de, POSSAS; Mário L. & PROENÇA, Adriano. (Org.). *Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira: discutindo mudanças*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- CARNOY, Martin. (1994), *Estado e Teoria Política*. 4ª ed. Campinas, SP: Papius.
- DAHL, Robert (1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo, EDUSP.
- DAHRENDORF, Ralf. (1992), *O Conflito Social Moderno: Um ensaio sobre a Política da Liberdade*. São Paulo: EDUSP.
- DONER, Richard F. and SCHNEIDER, Ben R. (2000), *Business Associations and Economic Development: Why Some Associations Contribute More Than Others*. *Business and Politics*, Vol. 2, Nº 3, 2000.
- EASTON, David. (1982), "O Sistema Político Sitiado pelo Estado. In: LAMOUNIER, Bolívar. *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UNB, pp. 129-149.
- ELSTER, Jon ([1982] 1989), *Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos*. In: *Lua Nova*, Nº 7, Junho de 1989.
- _____.([1986]1989), *Marx, hoje*. 1ª Ed. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro.
- _____.(1994), *Peças e Engrenagens nas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism..* Princeton: Princeton Univ. Press.
- EVANS, Peter B., RUESCHEMEYER, Dietrich and SKOCPOL, Theda. (Ed.), (1985), *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EVANS, Peter B. (1993), "O Estado como problema e como solução". *Lua Nova*. 28/29, pp. 107-56.
- _____. (1995), *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton Univ. Press.
- _____. (1997a), *State Structures , Government-Business Relations and Economic Transformation*. In: MAXFIELD, Sylvia and SCHNEIDER, Ben R. (Ed.),

- (1997), *Business and the state in developing countries*. Ithaca; London: Cornell Univ. Press, pp. 63-87.
- _____. (1997b), "The Eclipse of the State? Reflections on Stateness in an Era of Globalization", in *World Politics*, vol. 50, n.º1, pp. 62-87.
- _____. (2000), "Economic Governance Institutions in a Global Political Economy: Implications for Developing Countries". Trabalho apresentado na UNCTAD X, Bangkok, Tailândia.
- _____. (2003), "Além da Monocultura Institucional". In: *Sociologias*, vol.9, n.º5, pp. 20-63.
- _____ & BLOCK, Fred. (2004), "The State and The Economy". In: Smelser, Neil & Swedberg, Richard. (Ed.) *Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- _____ & CHANG, Ha-Joon. (2000), "The Role of Institutions in Economic Change". Trabalho apresentado na Conferência "The Other Canon and Economic Development", Oslo, Noruega.
- FRIEDMAN, Milton. (1977), *Capitalismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova.
- GRAMSCI, Antônio. (1988 [1949]), *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- GRANOVETTER, Mark. (1985), "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". *American Journal of Sociology*, vol. 91, n.º. 3, novembro.
- HAYEK, Friedrich A. (1979), *The road to serfdom*. London: Routledge & Kegan Paul.
- HAGGARD, Stephan. (1990), *Pathways from the periphery*. Ithaca: Cornell University Press.
- _____, MAXFIELD, Sylvia and SCHNEIDER, Ben R. (1997), *Theories of Business, and Business-State Relations*. In: MAXFIELD, Sylvia and SCHNEIDER, Ben R. (Ed.), (1997), *Business and the state in developing countries*. Ithaca; London: Cornell Univ. Press, pp. 37-60.
- HALL, Peter A. and TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, Nº. 58, p. 193-223.
- HALL, Peter A. and SOSKICE, David. (Ed.), (2001), *An Introduction to Varieties of Capitalism*. In: _____. (Ed.), (2001), *Varieties of Capitalism: the Institutional Foundations of Comparative Advantage*.
- HOBSBAWM, Eric J. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KNIGHT, Jack. (2001), "Explaining the Rise of Neoliberalism: Mechanisms of Institutional Change". In: CAMPBELL, John L. and PEDERSEN, Ove K. (Ed.) (2001), *The rise of neoliberalism and institutional analysis*. Princeton: Princeton Univ. Press.
- MANDEL, E. (1982), *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Abril Cultural
- MANIN, Bernard. (1995), "As metamorfoses do governo representativo". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Nº. 29, Ano 10, outubro de 1995.
- MARROBBIE, Kenneth, POLANYI-LEVITT, Kari. (1999), *Karl Polanyi in Vienna: the contemporary significance of the Great transformation*. Montreal: Black Rose Books.
- MARX, Karl (1984 [1952]), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Avante.
- MARCH, James G. and OLSEN, Johan P. (1989), *Rediscovering institutions*. New York: Free Press.
- MARSHALL, Thomas H. (1967 [1950]), *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MILIBAND, Ralph. (1972 [1969]), *O Estado na Sociedade Capitalista*. Ed. Zahar: Rio de Janeiro.
- NEE, Victor. (1998), "Sources of New Institutionalism". In: BRINTON, Mary C. and NEE, Victor. (Ed.) (1998), *The new institutionalism in sociology*. Stanford: Stanford Univ. Press.
- _____ and INGRAM, P. (1998), "Embeddedness and Beyond: Institutions, Exchange, and Social Structure". In: BRINTON, Mary C. and NEE, Victor. (Ed.) (1998), *The new institutionalism in sociology*. Stanford: Stanford Univ. Press.

- NETTL, J. P. (1963), *The state as a conceptual variable*. World politics; Center of international studies, , vol.20, n. 4, p. 559-592.
- NORTH, Douglass C. (1981), *Structure and Change in Economic History*. New York; London: W. W. Norton & Company.
- _____. (1990), *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- _____. (1998), "Economic Performance through Time". In: BRINTON, Mary C. and NEE, Victor. (Ed.) (1998), *The new institutionalism in sociology*. Stanford: Stanford Univ. Press.
- OFFE, Claus and WIESENTHAL, Helmut. (1980) *Two Logics of Collective Action: Theoretical Notes on Social Class and Organizational Form. Political Power and Social Theory*, Vol. 1, 67-115 [Também publicado em OFFE, Claus. (1984), *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.]
- _____. (1989), *A atribuição do status público aos grupos de interesse*. In: _____. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- OLSON, Mancur. (1971), *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University.
- _____. (1982), *The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven: Yale University Press.
- PEARSON, Harry W.(1977). "Preface" and "Introduction". In: POLANYI, Karl. *The livelihood of man*. Edited by Harry W. Pearson. New York: Academy Press, pp. xxi-xxxvi.
- PETERS, B. Guy. (1999), *Institutional theory in political science: the 'new institutionalism'*. London; New York: Pinter.
- POGGI, Gianfranco (1981), *Evolução do Estado Moderno: Uma Introdução Sociológica*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- POLANYI, Karl. (1980 [1957]), *The great transformation*. Boston: Beacon Press. [A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.]
- POLANYI, Karl, ARENSBERG, Conrad M. & PEARSON, Harry W. (Eds.) (1957), *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. New York: Free Press.
- POLANYI, Karl.(1977), *The livelihood of man*. Edited by Harry W. Pearson. New York: Academy Press.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989), *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1995), *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- POULANTZAS, Nicos.(1977), *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- _____. (1985), *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- ROEMER, John E [Ed.]. (1989 [1986]), *Analytical marxism*. Cambridge: Cambridge Univ.
- RUESCHEMEYER, Dietrich, STEPHENS, Evelyne H. and STEPHENS, John D. (1992), *Capitalist development and democracy*. Chicago: University of Chicago
- SCHNEIDER, Ben R. and MAXFIELD, Sylvia (1997), *Business, the State, and Economic Performance in Developing Countries*. In: MAXFIELD, Sylvia and SCHNEIDER, Ben R. (Ed.), (1997), *Business and the state in developing countries*. Ithaca; London: Cornell Univ. Press, pp. 3-35.
- SOSKICE, David (1999), *Divergent Production Regimes: Coordinated and Uncoordinated Market Economies in the 1980s and 1990s*. In: KITSCHOLT, Herbert. (Ed.) (1999), *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge New York: Cambridge Univ. Press, pp. 101-134.

- SCHMITTER, Philippe C. (1971), *Interest conflict and political change in Brazil*. California: Stanford Univ. Press.
- _____. (1974), *Still the century of corporatism?* *The Review of Politics*, v.36, n.1, p.85-131, jan. 1974.
- SCHNEIDER, Ben R. (2000), *The State and Collective Action*. The Politics of Organizing Business in Latin America. Québec: IPSA, August 2000.
- SILVA, Marta Zorzal e. (2004), *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro*. Vitória: EDUFES.
- SMITH, Benjamin W., STECK, Henry J. (1979), *Dominant paradigms of public-private interfaces: an overview of pluralism, elitism, class theory, and the corporatist alternative*. Moscow: [s.n.]. 35f.
- STIGLITZ, Joseph. (2001), *Prefácio*. In: POLANYI, Karl. (2001 [1957]) *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. 2ª ed. Boston: Beacon Press.
- STREECK, Wolfgang and SCHMITTER, Philippe C. (Eds.) (1985), *Private interest government: beyond market and state*. London: Sage.
- WEBER. (1979), *Burocracia*. In: GERTH, Hans H. & MILLS, Charles. W. (Org.), *Max Weber: ensaios de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 229-282.
- _____. (1993), *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: Crítica Política da Burocracia e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- WILSON, James Q. ([1975] 1995), *The Rise of the Bureaucratic State*. In: THEODOLOU, Stella Z. & CAHN, Mathew. (Ed.) (1995), *Public Policy: the essential readings*. New Jersey: Prentice Hall.

